



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009635-34.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **MARIA APARECIDA FARINI**
 Requerido: **Maria do Livramento Sotero**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter locado imóvel à ré, assumindo esta a obrigação de pagar as faturas pelo consumo de energia elétrica, além de reformar o prédio quando de sua desocupação.

Alegou ainda que a ré deixou o imóvel, mas não quitou os débitos de energia elétrica, bem como não o reformou.

Almeja à sua condenação ao valor que despendeu a esse título.

Em contestação, a ré esclareceu que nada devia à autora e que possuía recibos que comprovariam os pagamentos a seu cargo (fl. 13).

Foi então instada a apresentar tais recibos, com a advertência de que em caso de silêncio se reputaria a falta de comprovação do que asseverou na peça de resistência, reconhecendo-se consequentemente a regularidade do débito reclamado (fl. 14).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante da inércia da ré (fl. 18), aquela alternativa transparece de rigor.

De outra parte, o contrato de fls. 02/04 evidencia os deveres assumidos pela ré, na esteira do relato exordial (cláusulas 13 e 30), enquanto os de fls. 05/06 patenteiam os gastos suportados pela autora para reparação do imóvel.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A autora comprovou satisfatoriamente os fatos constitutivos de seu direito, mas a ré deixou de demonstrar a quitação das obrigações que contraiu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 716,27, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**